

**EDSON CARVALHO VIDIGAL**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Incomoda, quando não aborrece, saber que um acusado por aquele crime horroroso, que os jornais e a TV pautaram à exaustão, aguarda o desenrolar dos acontecimentos numa prisão especial. A impunidade neste País é tamanha que a compreensão cede à intolerância e nesse clima de impaciência, de hipertensão nacional, só uma palavra nos resolve – cadeia. Cadeia para esses canalhas.

Nem nos lembramos que estamos numa democracia. Democracia? Sim, há uma Constituição em vigor, de inspiração democrática, garantindo, por exemplo, que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. É o princípio universal da presunção da inocência, que a maioria da população ainda não entende direito e muito Juiz, inclusive em Brasília, também não.

Há que se distinguir acusado de culpado. Ninguém, dentre nós, está livre de qualquer acusação. A qual, de pronto, só não vinga se visivelmente absurda. Mas se há o crime em tese e se são suficientes os indícios de autoria, acolhe-se a acusação e se instaura um processo. A lei processual penal prevê as hipóteses em que o acusado responde preso à acusação.

Sendo apenas um acusado e não ainda um culpado, o que só se saberá ao final de todos os apuratórios e contraditórios, assegurada a ampla defesa, onde ficará o preso com direito a prisão especial? Na penitenciária, enclave do inferno, só os culpados sem direito a apelação. Vai para a carceragem de alguma delegacia de polícia, onde muitos ficam esquecidos, na promiscuidade, feitos sardinhas em latas, à disposição da Justiça?



Prisão especial como privilégio, não. Dependência separada como garantia da integridade física, justificadamente ameaçada, sim.

A Constituição manda que todo preso seja respeitado em sua integridade física e moral mas isso nunca ocorre. O que há por trás das grades não é apenas a privação da liberdade como garantia da investigação ou das liturgias do processo. O que há é muita humilhação e crueldade.

Se condenado ao final, começa com um crédito. O tempo de espera na cadeia é abatido no tempo da pena a ser cumprida. Mas se restar provada a inocência, como já aconteceu em alguns casos, quem ressarce a honra enxovalhada do apenas acusado? Aciona - se o Estado, não seus Promotores e Juízes, por erro judicial e daí começa tudo outra vez para acabar dia de são nunca. Em toda democracia a lei é para todos. Neste País, só para alguns. Ainda assim, infeliz muito infeliz quem cair, inocente ou culpado, na dependência do nosso sistema judiciário.

Intocável durante seis décadas, o privilégio da prisão especial tem servido também para nos lembrar que as mazelas do sistema penitenciário não são recentes em suas negações à condição humana. Nas depressões autoritárias e nas ilusões libertárias, tudo igual. Agora então é que está danado. O dinheiro público, fora da conta portanto o que foi sonegado ou desviado, tem estado, dizem, tão insuficiente para os investimentos no social quanto os reservatórios de água para mover a plena carga as nossas hidroelétricas. O dinheiro limpo, disponível, só tem dado, quando muito, para iludir as sanhas das emergências.

Quanto custa desativar os carandirus e bangus de todo o País e ao mesmo tempo construir, sem trampolinagens licitatórias, unidades prisionais onde os sentenciados, respeitados em sua condição de seres humanos, possam ter espaços e condições para o estudo e para o trabalho, tudo de modo a que, recuperados para a compreensão da vida

sob a autoridade da lei, possam ser devolvidos à liberdade como cidadãos e contribuintes? Essa é a teoria que embala um sonho.

Quando isso ocorrer, nenhum acusado, falo acusado, reclamará mais direito algum à prisão especial. As carceragens serão prisões especiais. As penitenciárias serão prisões especiais. As custódias dos menores infratores serão custódias especiais. Tudo será especial. Não será mais preciso fazer como um certo delegado de polícia, cioso de sua autoridade e do cumprimento da lei, que atendendo à ordem do Juiz, num “habeas corpus”, reconheceu ao acusado o direito à prisão especial. Manteve o acusado no mesmo lugar infecto, puro ácido úrico, e amarrou às grades um cartaz de papelão – “Preso Especial”.